

## **REQUERIMENTO N º 082, DE 2015 – CRE**

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater a Parceria Transpacífica e os impactos deste acordo comercial sobre a economia do Brasil.

Para tanto, recomendamos a presença dos seguintes convidados:

- **José Augusto de Castro** – Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB);
- **Marcos Troyjo** – Diretor do BRICLab da Universidade de Columbia;
- **Fernando de Magalhães Furlan** – Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC);
- **Embaixador Hadil da Rocha Vianna** – Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- **Carlos Abijaodi** – Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- **Vera Thorstensen** – Professora e pesquisadora da Escola de Economia de São Paulo da FGV e Coordenadora do Centro do Comércio Global e do Investimento.

## **JUSTIFICATIVA**

Após oito anos de negociações, Estados Unidos, Japão e mais dez países fecharam no início de outubro o Tratado Transpacífico (TPP em inglês). Definido pelo jornal “The New York Times” como o maior acordo regional da história, o TPP abrange 40% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, porcentagem esta que tende a aumentar, com economias como a Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas e Colômbia na “fila” para aderir.

Além da derrubada de barreiras tarifárias entre os países, o tratado prevê regras uniformes de propriedade intelectual e ações conjuntas nas mais diversas áreas.

A adoção de normas comuns de produção entre os países signatários deve influenciar os negócios além da mera derrubada de tarifas. Uma série de regras jurídicas comuns poderão dar previsibilidade para negócios de longo prazo e facilitar investimentos.

Especialistas em comércio exterior afirmam que, fora do tratado, o Brasil pode perder espaço para seus produtos, além de reforçar o isolamento comercial do país.

Ademais, com o TPP finalizado, aumenta ainda o receio, por parte dos setores produtivos brasileiros, de que os Estados Unidos concentrem seus esforços em outro mega-acordo com a União Europeia, a TTIP (Parceria Transatlântica).

Afinal, até que ponto o TPP pode afetar o comércio do Brasil? O futuro é realmente preocupante para nós? Quais são os expedientes que podemos adotar para “correr atrás do tempo perdido”? O acordo pode enfraquecer a OMC e,

consequentemente, a estratégia de inserção mundial do Brasil adotada nos últimos anos?

Para debatermos questões tão importantes quanto caras ao Brasil é que peço aos meus pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2015.

Senador **RICARDO FERRAÇO**